



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 3/2014

Disponibilização: 10 de fevereiro de 2014

Período abrangido: 27 de janeiro a 07 de fevereiro de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**
- 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **FLORESTAS**
 - **PESCAS/AQUICULTURA**
- 3. AMBIENTE**
- 4. ATIVIDADE PARLAMENTAR**
- 5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 6. CULTURA**
- 7. DEFESA/FORÇAS ARMADAS**
- 8. DESPORTO**
- 9. EDUCAÇÃO**
- 10. EMPREGO**
- 11. EMPRESAS**
- 12. ENERGIA**
- 13. FINANÇAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- 14. JUSTIÇA**



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

16. SAÚDE

17. SEGURANÇA SOCIAL

18. TRABALHO

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

20. TURISMO E LAZER



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS

Declaração de Retificação n.º 6/2014, de 3 de fevereiro

(Comissão Nacional de Eleições)

Retifica o mapa oficial dos resultados das eleições gerais dos órgãos das autarquias locais de 29 de setembro de 2013 (Mapa Oficial n.º 1-A/2013).

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

Portaria n.º 19/2014, de 29 de janeiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), aprovado pela Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março, e o Regulamento de Aplicação das Componentes Agroambientais e Silvo-Ambientais da Medida n.º 2.4, «Intervenções Territoriais Integradas», do Subprograma n.º 2 do PRODER, aprovado pela Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de março.

Despacho normativo n.º 2/2014, de 29 de janeiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Altera o Despacho Normativo n.º 7/2005, de 1 de fevereiro, que estabelece os requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais.

• FLORESTAS

Portaria n.º 32/2014, de 6 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece os procedimentos aplicáveis à submissão, no pedido único (PU), dos apoios a projetos de florestação de terras agrícolas (FTA), aprovados no âmbito do RURIS, bem como no âmbito das medidas florestais na agricultura instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2080/92, do Conselho, de 30 de junho, e das medidas florestais nas explorações agrícolas do Regulamento (CEE) n.º 2328/91, do Conselho, de 15 de julho, aprovados no continente, e uniformiza os respetivos critérios materiais de elegibilidade com vista à sua decisão e pagamento.

• PESCAS/AQUICULTURA

Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro

(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º



93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca.

Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de transferência da jurisdição portuária direta dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., para a Docapesca - Portos e Lotas, S. A..

3. AMBIENTE

Despacho n.º 1390-A/2014, de 28 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Fixa os prazos para consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental dos programas operacionais de aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento relativos ao período de programação 2014-2020.

Aviso n.º 1302/2014, de 30 de janeiro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Torna pública a Lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e equiparadas com a inscrição ativa no Registo Nacional das ONGA.

4. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Resolução da Assembleia da República n.º 9/2014, de 30 de janeiro

(Assembleia da República)

Constitui uma comissão parlamentar de inquérito para apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Declaração de Retificação n.º 2/2014, de 31 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica a Portaria 353-A/2013, de 4 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os



limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.

Declaração de Retificação n.º 3/2014, de 31 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica a Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes.

Declaração de Retificação n.º 4/2014, de 31 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica a Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

6. CULTURA

Despacho n.º 1849-A/2014, de 5 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a afetação da Coleção SEC à Direção-Geral do Património Cultural, com incorporação das obras no Museu do Chiado/Museu Nacional de Arte Contemporânea/Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

7. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

Portaria n.º 21/2014, de 31 de janeiro

(Ministério da Defesa Nacional)

Aprova o Regulamento da Escola Naval.

Portaria n.º 22/2014, de 31 de janeiro

(Ministério da Defesa Nacional)

Aprova o Regulamento da Academia Militar.

Portaria n.º 23/2014, de 31 de janeiro

(Ministério da Defesa Nacional)

Aprova o Regulamento da Academia da Força Aérea.



8. DESPORTO

Despacho n.º 1391/2014, de 29 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova os procedimentos inerentes ao sistema de Autorização de Utilização Terapêutica de substâncias e métodos proibidos para o ano de 2014.

Despacho n.º 1710/2014, de 4 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Fixa a lista das modalidades desportivas coletivas e individuais.

9. EDUCAÇÃO

Portaria n.º 60/2014, de 27 de janeiro

(Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna)

Estabelece os princípios fundamentais à definição de uma plataforma de cooperação reforçada entre os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM), visando a excelência do ensino superior militar através de um modelo de governação comum.

Parecer n.º 2/2014, de 28 de janeiro

(Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação)

Emite Parecer sobre integração do ensino da língua inglesa no currículo do 1.º ciclo do ensino básico.

Portaria n.º 28/2014, de 4 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência)

Autoriza o registo dos estatutos do ISLA-Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia.

10. EMPREGO

Portaria n.º 17/2014, de 27 de janeiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 286-A/2013, de 16 de setembro, que cria a medida Incentivo Emprego.

Portaria n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios Emprego.



Portaria n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+».

Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Define a comparticipação financeira do IEFP, I.P., por mês e por beneficiário, no âmbito das medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+».

Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Define a comparticipação financeira do IEFP, I.P., por mês e por estágio, no âmbito da Medida Estágios Emprego.

11. EMPRESAS

Despacho n.º 1507/2014, de 30 de janeiro

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Determina que é obrigatoriamente, aplicável às entidades públicas empresariais da área da saúde o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

12. ENERGIA

Portaria n.º 27/2014, de 4 de fevereiro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Fixa a data para os comercializadores de último recurso continuarem a fornecer eletricidade a clientes finais com consumos em AT, MT e BTE que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento.

13. FINANÇAS

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Portaria n.º 15-A/2014, de 24 de janeiro

(Ministério das Finanças)

Aprova as instruções de preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações - AT, para cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a subalínea i) da alínea c), e a alínea d), do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS.



Despacho n.º 1576/2014, de 31 de janeiro

(Ministério das Finanças)

Aprova as alterações da declaração periódica de rendimentos modelo 22, respetivos anexos e instruções (IRC).

14. JUSTIÇA

Acórdão n.º 846/2013, de 29 de janeiro de 2014

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 27.º, n.º 1, alínea i), e n.º 2, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, interpretada com o sentido de que das sentenças proferidas no âmbito de ações administrativas especiais de valor superior à alçada, julgadas pelo tribunal singular ao abrigo da referida alínea i) do n.º 1 do artigo 27.º, não cabe recurso ordinário para o Tribunal Central Administrativo, mas apenas reclamação para a conferência.

Acórdão n.º 847/2013, de 29 de janeiro de 2014

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma extraída da conjugação entre a alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º e o n.º 1 do artigo 381.º do Código de Processo Penal, de acordo com a redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, segundo a qual podem ser julgados em processo sumário crimes que, em concurso, comportem uma pena unitária máxima, abstratamente aplicável, superior a cinco anos de prisão.

Declaração de Retificação n.º 7/2014, de 7 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica a Portaria n.º 368/2013, de 24 de dezembro, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Justiça, que aprova o Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos.

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 4/2014/A, de 28 de janeiro

(Região Autónoma dos Açores)

Aprova a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2012.

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro

(Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa)

Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014.



- **MADEIRA**

Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2014/M, de 30 de janeiro

(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Sujeita a servidão aeronáutica a área confinante com o Aeroporto da Madeira.

Despacho n.º 1/2014/M, de 4 de fevereiro

(Região Autónoma da Madeira - Secretaria Regional do Plano e Finanças)

Aprova as tabelas de retenção de IRS na fonte para vigorarem durante o ano de 2014 na Região Autónoma da Madeira.

16. SAÚDE

Despacho n.º 1261/2014, de 27 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Determina que os medicamentos destinados ao tratamento da hiperfenilalaninemia (HFA) em doentes com fenilcetonúria (PKU) e em doentes com deficiência em tetrahydrobiopterina (BH4) beneficiam de um regime especial de comparticipação.

Despacho n.º 1317-B/2014, de 27 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Estabelece que a contratação de serviços de saúde através da modalidade de prestação de serviços, pelas instituições do Serviço Nacional de Saúde do setor público empresarial, observa os termos legais aplicáveis à contratação pública, só é admissível em situações de imperiosa necessidade e em que comprovadamente se justifique o recurso a esta modalidade de trabalho, e desde que a referida contratação se enquadre na quota de autorização genérica prevista em anexo (número máximo de horas semanais).

Portaria n.º 20/2014, de 29 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Aprova as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde, bem como o respetivo Regulamento.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2014, de 30 de janeiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Reforça os meios de coordenação e preparação da reorganização do modelo de funcionamento do número único de emergência 112.

Despacho n.º 1507/2014, de 30 de janeiro

(Ministérios das Finanças e da Saúde)

Determina que é obrigatoriamente, aplicável às entidades públicas empresariais da área da saúde o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).



Portaria n.º 24/2014, de 31 de janeiro

(Ministério da Saúde)

Altera a Portaria n.º 193/2011, de 13 de maio, que regula o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde que não estejam abrangidos por nenhum subsistema, ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade.

Decreto-Lei n.º 19/2014, de 5 de fevereiro

(Ministério da Saúde)

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio, que aprova o regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, e (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 112/2011, de 29 de novembro, que aprova o regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica participado.

17. SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 31/2014, de 5 de fevereiro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece os termos de operacionalização do funcionamento do Fundo de Reestruturação do Setor Social.

18. TRABALHO

Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro

(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca.

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• TRANSPORTES

Lei n.º 4/2014, de 7 de fevereiro

(Assembleia da República)

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias com utilização de veículo matriculado num Estado membro distinto daquele onde a infração foi cometida, e transpõe a Diretiva n.º 2011/82/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, que visa facilitar



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária.

Decreto-Lei n.º 19-A/2014, de 7 de fevereiro

(Ministério da Economia)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva n.º 2012/45/UE, da Comissão, de 3 de dezembro.

20. TURISMO E LAZER

Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de transferência da jurisdição portuária direta dos portos de pesca e marinas de recreio do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., para a Docapesca - Portos e Lotas, S. A..